



IX Congresso Nacional de Educação - EDUCERE
III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia
26 a 29 de outubro de 2009 - PUCPR

INCLUSÃO ESCOLAR DE UMA CRIANÇA COM SÍNDROME DE DOWN

SILVA, Brígida Karina Liechocki Nogueira – PUCPR
brigidakarina@yahoo.com.br

Área Temática: Diversidade e Inclusão
Agência Financiadora: Não contou com financiamento

Resumo

O tema sobre inclusão tem suscitado muita polêmica no sistema educacional brasileiro devido à complexidade de fatores a serem revistos para sua implantação. Buscando compreender esta realidade e encontrando este desafio no campo de atuação profissional, no qual apresenta uma aluna com Síndrome de Down (SD), este estudo procurou responder o seguinte problema de pesquisa: “Como ocorre o processo de inclusão de uma criança com Síndrome de Down em uma escola de ensino regular da rede privada do município de Curitiba-PR?” Esta pesquisa busca analisar a inclusão escolar de uma criança com Síndrome de Down no ensino regular, sendo delimitado como foco de investigação o ambiente de sala de aula do 1º ano do ensino fundamental. Para a coleta de dados foram utilizadas estratégias da metodologia de abordagem qualitativa, sendo que, para a obtenção de dados, a investigação recorreu às técnicas de observação, entrevista e análise documental. Neste contexto e com base nos objetivos específicos, optou-se por descrever a proposta de inclusão no Projeto Político Pedagógico da escola campo de pesquisa; relatar a concepção de inclusão dos profissionais diretamente envolvidos com a aluna Síndrome de Down; investigar a atuação docente no trabalho de inclusão desta criança com Síndrome de Down na rede regular de ensino. A análise dos dados foi apoiada em autores como Voivodic (2004), Carvalho (2003), Correia (1999), Schön (2000), Facion (2005), entre outros. Tais contribuições foram relevantes para uma reflexão sobre o processo inclusivo, considerando suas limitações e possibilidades. Os resultados apontaram que a inclusão desta criança é idealizada pela escola, mas sua realização depende de uma ressignificação do sistema escolar e principalmente da concepção de inclusão escolar concebida pelos profissionais da educação. A intenção desta pesquisa não é somente apresentar uma crítica ao modelo de inclusão estudado, mas oferecer subsídios que contribuam para sua efetivação.

Palavras-chave: Inclusão. Síndrome de Down. Educação inclusiva.

Introdução

Diante do novo paradigma social, a idéia de inclusão é fruto de um momento histórico em transformação envolvendo aspectos políticos, culturais, sociais e filosóficos. A inclusão de pessoas com deficiência em diversos âmbitos da sociedade, tem suscitado muita polêmica, principalmente no sistema educacional brasileiro, devido à complexidade de fatores a serem revistos para sua implantação.

A educação, como parte integrante do mecanismo social, também busca de maneira gradativa privilegiar uma educação inclusiva favorecendo o movimento com base no princípio legal da “educação de qualidade para todos” e trazendo novos rumos para a sociedade.

Buscando compreender esta realidade e encontrando este desafio no campo de atuação profissional no contexto escolar, este estudo procura analisar como ocorre o processo de inclusão de uma criança com Síndrome de Down (SD) em uma escola de ensino regular da rede privada do município de Curitiba-PR.

Mediante este caso de inclusão na vivência profissional e considerando o ingresso cada vez maior de crianças com necessidades especiais nas escolas regulares (BRASIL, 2006), surge a preocupação e o interesse em aprofundar as questões relevantes que envolvem as intervenções educacionais neste processo de inclusão.

A pesquisa procurou atender ao objetivo por meio da descrição da proposta de inclusão no Projeto Político Pedagógico da escola campo de pesquisa; da descrição do perfil da aluna SD; do relato da concepção dos profissionais envolvidos com a inclusão desta aluna SD; da investigação da formação da professora que trabalha com a inclusão da aluna SD; da descrição de como ocorre o processo de ensino em uma sala de aula que inclui uma aluna com Síndrome de Down; e da investigação da atuação docente no trabalho de inclusão de uma aluna com Síndrome de Down na rede regular de ensino de uma escola privada de Curitiba – PR.

Nesta perspectiva de proposições a serem alcançadas, a contribuição dos estudos realizados nesta área favorece a reflexão e abre caminhos para uma nova forma de entender e praticar a inclusão.

Breve panorama histórico e político da inclusão

A concepção de inclusão no decorrer da trajetória humana pode ser apresentada em quatro fases distintas. A primeira, conforme Facion (2005) aponta, é a *fase da exclusão* na qual as pessoas com deficiência eram abandonadas e até sacrificadas, sendo consideradas indignas da educação escolar. A segunda é a *fase de segregação*, que começou no século XX com o atendimento às pessoas com necessidades educativas especiais (NEE) em grandes instituições separadas das regulares, oferecendo programas próprios, técnicos e especialistas. A terceira fase constitui a *fase da integração*, concebida a partir do final da década de 1960 e início de 1970. Neste momento, houve uma mudança filosófica em direção à idéia de educação integrada, aceitando crianças com deficiência nas escolas regulares, estando estes presentes na sala de aula comum ou em ambientes menos restritivo possível. Os alunos são integrados à classe regular adaptando-se conforme as estruturas do sistema escolar.

Surge no início da década de 1980 a projeção da quarta fase. A *fase da inclusão* intensificou a atenção à necessidade de educar os alunos com deficiências no ensino regular, procurando por meio do processo educacional promover o crescimento humano desenvolvendo capacidades, habilidades e diferentes possibilidades para a conquista da sua autonomia.

Neste mesmo percurso histórico, os movimentos em prol da inclusão surgem a partir da luta pelos direitos humanos que teve seus princípios na Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948. Com a repercussão desta proposta, as pessoas com deficiências passam a ser consideradas em seus direitos e deveres, com vistas ao exercício de sua cidadania.

Depois de muitos tratados, declarações e legislações, somente na década de 1990 os princípios da educação inclusiva ganharam destaque no panorama da educação com dois eventos importantes: a Conferência Mundial de Educação para Todos (1990), na Tailândia, e a Declaração de Salamanca (1994), contribuindo para a ampliação das discussões, no avanço de pesquisas e na busca de alternativas. A Declaração de Salamanca é utilizada atualmente como um suporte pedagógico, pois apresenta linhas de ação que visam a garantia de igualdade de oportunidades e, assim deste modo, contribui para a efetivação do processo inclusivo (GUEBERT, 2007).

A política educacional acompanha este processo, oferecendo subsídios para fundamentar a educação inclusiva no sistema de ensino brasileiro, considerando os documentos internacionais como base para sua implantação.

O Brasil apresenta leis subsidiadas pela Constituição Federal (BRASIL, 1988), que estabelece o direito das pessoas com necessidades especiais de receberem educação, preferencialmente na rede regular de ensino. Assim, a ampla legislação brasileira contempla aspectos relevantes para o processo de inclusão, com legislações específicas (BRASIL, 2008).

No ideal proposto pela legislação vigente, a educação inclusiva traz consigo, inúmeras polêmicas em torno da adequação da sua prática, pois implica em contrapor a organização escolar que até então era regida sob um paradigma tradicional. No anseio em estar acompanhando os modelos internacionais de educação inclusiva, o sistema de ensino depara-se com entraves como a necessidade da própria mudança na sua estrutura e organização.

Perspectivas inclusivas no contexto escolar

O sistema educacional brasileiro está diante do desafio de alcançar a educação que contemple a diversidade da condição humana. A inclusão escolar vem denunciando a distância entre o ideal, proclamado e garantido legalmente para uma educação de qualidade para todos, e o real que são as condições atuais do sistema escolar.

Porém a inclusão no contexto escolar vem se efetivando na prática mesmo com dificuldades, antes mesmo de a legislação vigente formalizar a proposta (VOIVODIC, 2004).

A inclusão requer muita reflexão e preparo do contexto escolar. O movimento inclusivo no contexto educacional é desafiador, pois exige mudanças em vários aspectos a fim de superar as barreiras para a educação inclusiva, conforme Carvalho (2003, p. 61) aponta:

Em síntese, há que examinar todas as variáveis do processo educativo escolar, envolvendo as pessoas da escola (educadores, gestores, alunos, apoio administrativo); o ambiente físico (em termos de acessibilidade), os recursos financeiros e materiais (origens, quantidades, periodicidade de recebimento, manutenção de equipamentos e instalações), os graus de participação da família e da comunidade (parcerias), a filosofia de educação adotada (se tradicional ou não), o projeto político pedagógico construído pela comunidade escolar (natureza do documento, autores, destinação), a prática pedagógica (se mais centrada no ensino ou na aprendizagem), os procedimentos de avaliação (formativa, somativa, formal, informal), dentre outros aspectos.

Os fatores mencionados pela autora interferem no processo de inclusão e se este conjunto não for concretizado em ações que garantam o acesso, ingresso e permanência dos

alunos com necessidades educacionais especiais, acabam por culminar nos entraves da educação inclusiva.

A perspectiva que se vislumbra é a de que as lutas pelo ideal de inclusão continuarão intensas, pois é muito longo o caminho entre o discurso e a prática. Porém, a educação inclusiva é movimentada pela ideia do novo na entrada de um outro ciclo histórico na sociedade atual, prescrevendo valores que vem de encontro aos direitos humanos, equiparação de oportunidades, as relações de acolhimento da diversidade humana, aceitação das diferenças individuais, integração e inclusão, enfim, a construção de uma sociedade inclusiva que traduza um verdadeiro Estado democrático (MARTINS, 2006).

O desafio do professor na educação inclusiva

No contexto escolar, as perspectivas recaem na prática inclusiva em sala de aula, sendo que está nas mãos dos profissionais da educação o compromisso da sua efetivação. O professor é desafiado continuamente a responder às novas e crescentes expectativas projetadas sobre ele, muito mais depois da implantação do modelo de inclusão. Supõe-se assim, que a peça principal para o processo da educação inclusiva seja o professor.

Nem sempre as legislações consideram esta variável primordial no processo de inclusão, “que consiste na capacidade de resposta daqueles que a tem de pôr em prática” (CORREIA, 1999). Pois, segundo o autor:

São grandes as responsabilidades cometidas ao professor do ensino regular: espera-se que utilize estratégias e desenvolva atividades de ensino individualizado junto da criança com NEE, mantenha um programa eficaz para o resto do grupo e colabore na integração social da classe. Sem a formação necessária para responder às necessidades educativas destes alunos, não conhecendo muitas vezes a natureza dos seus problemas e as implicações que tem no seu processo educativo, os professores do ensino regular não lhes podem prestar o apoio adequado.

Considerando o trabalho pedagógico na inclusão de crianças com deficiência, “[...] a predisposição dos professores frente à diversidade tem um papel decisivo na compreensão das diferenças individuais, em sua aceitação e respeito, criando, removendo ou intensificando os obstáculos já existentes” (CARVALHO, 2003, p. 59). Porém nem sempre estes profissionais estão preparados para tal desafio.

O desafio proposto ao professor na inclusão do aluno com necessidades especiais também está, muitas vezes, relacionado à sua própria formação inicial, que necessita de atualização frente às exigências da perspectiva da educação inclusiva. Sua experiência no campo de atuação, por maior que seja às vezes não basta para compreender a diversidade fazendo-se necessária a formação continuada e uma postura criativa frente aos problemas.

Schön (2000), partindo dos pressupostos epistemológicos e pedagógicos de autores como John Dewey, Lev Vigotsky, Jean Piaget entre outros e, contrariado com a forma de ensinar proveniente de uma construção científica e usada pelo docente como algo absoluto, propõe uma alternativa para a prática docente, defendendo um tipo de ensino que valorize o saber do aluno, auxiliando-o a fazer uma junção do seu conhecimento na ação com o conhecimento sistematizado na escola. A este tipo de ensino denominou-se como uma reflexão na ação (FACION, 2005).

Esta proposta visa um ensino prático reflexivo diante de situações imprevistas em que não há respostas prontas ou procedimentos de acordo com um padrão. O autor utiliza a expressão "talento artístico profissional" para referir-se "aos tipos de competências que os profissionais demonstram em certas situações da prática que são únicas, incertas e conflituosas" (SCHÖN, 2000, p. 29).

A educação inclusiva requer profissionais com "talento artístico" para dar conta das singularidades em sala de aula e assim desenvolver uma prática de reflexão na ação. Este profissional precisa exercer sua função com competência e interação da teoria com a prática.

Diante dos desafios da inclusão, os professores evoluem na sua maneira de fazer acontecer a aprendizagem nas suas aulas, pois a presença de crianças com deficiência na sala de aula pode provocar, em seus professores, mudanças metodológicas e organizativas, de modo a criar um ambiente de aprendizagem mais rico para todos (CARVALHO, 2003).

O novo paradigma do sistema educacional requer professores com um perfil dinâmico, criativo e principalmente competente, para sua efetivação. A prática reflexiva possibilita a constituição de uma rede de interações sendo um exercício contínuo de reflexão crítica sobre o seu fazer.

Processo de inclusão da criança com Síndrome de Down

Para compreender o aluno com Síndrome de Down e desenvolver uma ação pedagógica que promova a sua inclusão escolar, antes de tudo é preciso considerar as características específicas desta criança.

A Síndrome de Down (SD) é um distúrbio genético caracterizado pela presença de um cromossomo 21 adicional em todas as células do organismo do indivíduo, levando-o a apresentar várias características físicas e mentais específicas. Schwartzman (2003) apresenta algumas características fundamentais das crianças com Síndrome de Down a serem consideradas no processo de aprendizagem.

O desenvolvimento motor das crianças com SD apresenta um atraso significativo que, segundo o autor, vai interferir no desenvolvimento de outros aspectos, pois é por meio da exploração do ambiente que a criança constrói seu conhecimento do mundo, assim seu comportamento exploratório pode apresentar comportamentos repetitivos e estereotipados, sendo impulsivos e desorganizados, dificultando um conhecimento consistente do ambiente e durando menos tempo (SCHWARTZMAN, 2003).

No que se refere ao aspecto cognitivo, a deficiência mental tem sido considerada uma das características mais constantes da SD, comprometendo todas as áreas do desenvolvimento. Assim, desde o nascimento estas crianças apresentam reações mais lentas do que outras crianças e, possivelmente, isso altere sua relação com o ambiente. O desenvolvimento cognitivo vai também se processando de forma diferente, sendo que a aquisição tardia de uma habilidade compromete a aquisição de outras que dependem desta.

A linguagem, segundo Schwartzman (2003), é a área na qual a criança com SD demonstra, em geral, os maiores atrasos. Apesar dessas dificuldades, a maioria das pessoas com SD fazem uso funcional da linguagem e compreendem as regras utilizadas na conversação, porém as habilidades para a comunicação são bastante variáveis entre elas.

Outro elemento de grande importância no desenvolvimento dos processos cognitivos é a atenção. O déficit de atenção observado em pessoas com SD, pode comprometer seu envolvimento em tarefas e na sua maneira de explorar o meio. Existem fatores neurológicos (redução na formação de sinapses) presentes na SD que afetam esse aspecto do desenvolvimento. No cérebro há uma série de redes neurais, que se formam a partir das experiências do indivíduo. Essas redes são flexíveis e é possível contribuir, por meio de experiências significativas, na criação de circuitos neuronais novos. Ambientes que propiciam

experiências significativas podem melhorar as estruturas sinápticas. Já ambientes privados destas experiências significativas podem reduzir esse tipo de estrutura. Portanto, são relevantes os estímulos adequados para o desenvolvimento deste aspecto (VOIVODIC, 2004).

A criança com SD também apresenta déficit em relação à memória, não acumulando informações na memória auditiva imediata de forma constante e esta limitação afeta o processamento da linguagem. Apresenta ainda, segundo Voivodic (2004, p. 45), “[...] déficit na memória a longo prazo, o que pode interferir na elaboração de conceitos, na generalização e no planejamento de situações”.

Diante destes fatores se faz necessário, segundo Voivodic (2004, p. 46) “romper com o determinismo genético e considerar que o desenvolvimento da pessoa com SD resulta não só de fatores biológicos, mas também das importantes interações com o meio”. Pode-se assim verificar que, embora a criança com SD apresente características determinadas pela alteração genética, o seu desenvolvimento, o seu comportamento e sua personalidade, de acordo com os autores citados, são resultados da interação da sua carga genética, com as importantes influências do meio e através da qualidade destas interações que o indivíduo vai se construindo ao longo da vida.

Além destas características apresentadas, Masini (2000 apud VOIVODIC, 2004, p.34) ainda adverte que é necessário um preparo cuidadoso, em vários níveis e aspectos, para que ocorra a inclusão, assinalando alguns fatores importantes para isso:

- Necessidade de que cada educador conheça seus próprios limites pessoais e de formação e saiba em que medida pode contribuir para a inclusão da criança deficiente.
- As condições e limites de cada escola sejam examinados.
- As formas possíveis para que o processo de inclusão se realize em benefício da criança deficiente sejam analisadas.
- Os projetos educacionais se façam numa dialética teoria/prática, numa constante avaliação do que ocorre com a criança deficiente.

Assim como foi difícil a luta pela integração, quando foram criadas nas escolas salas especiais, atualmente se faz necessário um novo passo para que a sociedade passe realmente a olhar para as pessoas com Síndrome de Down como realmente são: pessoas de certo modo diferentes, mas com muito a contribuir.

O motivo que sustenta a luta pela inclusão como uma nova perspectiva para as pessoas com deficiência é, sem dúvida, a qualidade de ensino nas escolas públicas e privadas, de modo que se tornem aptas para responder às necessidades de cada um de seus alunos, de acordo com suas especificidades, sem cair nas teias da educação especial e suas modalidades de exclusão (MANTOAN, 1997, p.21).

Complementando a idéia de Mantoan (1997), o princípio democrático da educação para todos só se evidencia nos sistemas educacionais que se especializam em todos os alunos, não apenas em alguns deles, os alunos com deficiência. A inclusão, como consequência de um ensino de qualidade para todos os alunos, provoca e exige da escola brasileira novos posicionamentos e é um motivo a mais para que o ensino se modernize e para que os professores aperfeiçoem as suas práticas. É uma inovação que implica num esforço de atualização e reestruturação das condições atuais da maioria de nossas escolas de nível básico.

A pesquisa

As etapas definidas para esta investigação, buscaram na metodologia de abordagem qualitativa as técnicas de análise documental, observação direta e entrevista como fontes de evidências para a coleta de dados em conformidade com os objetivos específicos da pesquisa.

A obtenção dos dados, no contexto de uma escola da rede privada de ensino de Curitiba – PR, em que ocorre a inclusão de uma aluna com Síndrome de Down, vem de encontro à pesquisa realizada no ambiente natural, que é a fonte direta de dados sendo o pesquisador o seu principal instrumento (ANDRÉ; LÜDKE, 1986).

A análise documental facilitou a coleta dos dados para descrever a proposta de inclusão no Projeto Político Pedagógico da escola e o perfil da aluna com SD.

As observações realizadas buscaram descrever e investigar o ambiente de aprendizagem e os procedimentos de inclusão em sala de aula.

As entrevistas foram realizadas com as pessoas envolvidas diretamente no processo inclusivo, como a professora regente do 1º ano do Ensino Fundamental e a coordenadora da escola, a fim de relatar a concepção dos profissionais envolvidos com a inclusão da aluna com Síndrome de Down e investigar a formação dos mesmos.

Os resultados

De acordo com os objetivos estabelecidos no projeto e conforme os dados obtidos durante o trabalho de pesquisa, a análise foi concomitante à coleta dos dados, emergindo como categorias: a proposta de inclusão no projeto político pedagógico, a atuação docente no processo de ensino inclusivo e concepção dos profissionais envolvidos na inclusão.

A proposta de inclusão no projeto político pedagógico

De acordo com os dados coletados, por meio da análise documental do Projeto Político Pedagógico da escola campo de pesquisa, constatou-se a intencionalidade da promoção de uma educação igualitária e democrática, que atenda a todas as pessoas sem distinção. Já a análise desses dados a partir das evidências levantadas no campo de pesquisa mediante as observações, demonstra um distanciamento entre a intencionalidade de uma educação inclusiva e a articulação nas ações propostas e desenvolvidas principalmente em sala de aula. Os ideais da escola estão aquém da realidade em que se encontra. “Não bastam apenas intenções, mas sim uma resignificação de teorias, práticas e atitudes que fazem parte do movimento que a proposta de inclusão escolar convida a realizar” (CARVALHO, 2003).

A atuação docente no processo de ensino inclusivo

Durante as observações no contexto de sala de aula, puderam-se constatar dificuldades e entraves no processo de ensino-aprendizagem na inclusão da aluna SD.

Tal afirmação pôde ser confirmada mediante aspectos desde a estrutura organizacional, como planejamentos, planos de aula e currículo que visam um mesmo objetivo comum a todos os alunos, até mesmo à metodologia de ensino que visa a atender o cumprimento dos conteúdos com prazo determinado, entre outras observações, tais como: a disposição física do ambiente com carteiras enfileiradas, materiais didáticos iguais para todos (inclusive para a aluna SD), atividades pedagógicas realizadas com tempos definidos, etc.

Com relação à atuação docente, percebe-se um esforço deste profissional em promover a inclusão da aluna com SD, porém as dificuldades relatadas em entrevista vêm de encontro às observações, apontando barreiras na efetivação do processo, conforme é mencionado pela professora regente, as maiores dificuldades encontradas com a aluna são: a falta de um

currículo adaptado, material de apoio, livros e profissionais especializados para dar um respaldo para a inclusão bem sucedida no ensino regular.

Sendo assim, “não há como se implementar processos de inclusão que visem oferecer, de fato, uma educação de qualidade, sem efetivos serviços de apoio ao trabalho docente efetuado nas escolas regulares” (VOIVODIC, 2004, p.147). À professora recaem todas as responsabilidades do desenvolvimento ou não da aluna SD e, embora esta profissional busque com competência estratégias que respondam às necessidades educativas da aluna, mediante a falta de suporte à sua prática, nem sempre consegue prestar o apoio adequado.

Concepção dos profissionais envolvidos na inclusão

Conforme a entrevista realizada com a professora envolvida na inclusão da aluna com Síndrome de Down, sua concepção de inclusão é positiva, pois esta acredita que a diversidade em sala de aula só vem a contribuir devido às interações que esta convivência proporciona.

A coordenação pedagógica da escola coloca-se à disposição diante das dificuldades da professora, porém numa postura que, de certo modo, isenta a escola do compromisso com o desenvolvimento da prática pedagógica, relatando em entrevista que o apoio dado aos professores é a liberdade de pedir auxílio diante de qualquer dificuldade e sugerindo que este profissional busque as informações que necessita na rede de apoio que as instituições especializadas oferecem.

As evidências levantadas nas observações, comparadas aos relatos do professor sobre a falta de respaldo da escola diante das dificuldades, sustentam a idéia de que, o apoio oferecido pela escola é insuficiente para uma inclusão bem sucedida.

Uma observação intrigante também, foi na ocasião em que uma professora de aula especial, conduz a aluna SD até a sala de aula “devolvendo-a” para a professora regente sob o argumento de que a aluna não estava participando da sua aula e ainda, que estivesse tumultuando a aula dos colegas. Ao relacionar esta atitude da professora com a não disponibilidade desta em participar da entrevista proposta no início da pesquisa sobre a inclusão da aluna SD, levantou-se a hipótese de que nem todos os profissionais da escola estão predispostos à diversidade, sendo esse fator decisivo na compreensão das diferenças individuais, em sua aceitação e respeito, criando, removendo ou intensificando os obstáculos já existentes (CARVALHO, 2003).

Assim, numa visão geral da concepção de inclusão dos profissionais envolvidos com esta aluna com SD, admite-se a idéia de que o processo de inclusão compreende uma mudança não só estrutural como também conceitual. Aos profissionais da educação é primordial o conhecimento acerca das implicações do processo educativo inclusivo, para viabilizar de fato uma concepção inclusiva transformadora dentro dos princípios democráticos da construção de uma sociedade mais justa.

Considerações Finais

A contribuição que este estudo traz garante que não se pode atestar o fim da pesquisa dada à amplitude do tema. Nesta proposta de análise do processo de inclusão, acredita-se que apenas foi concluída uma etapa na busca por respostas, sendo possível ainda levantar hipóteses que merecem maior aprofundamento. Diante desta perspectiva, destacam-se alguns pontos a partir dos resultados obtidos nesta pesquisa, assim como outros a serem abordados em estudos posteriores.

O conjunto de evidências levantado no campo de pesquisa apontou a necessidade de uma ressignificação da prática e da intencionalidade da escola, embora seja importante considerar a complexidade que envolve a mudança de paradigma.

Ainda é importante salientar outro fator relevante a ser considerado e explorado que é a questão dos comprometimentos relacionados à Síndrome de Down para fins educacionais. Sugere-se para esta aluna SD, uma pesquisa de metodologias de ensino compatíveis ao seu desenvolvimento cognitivo, pois conforme os dados obtidos por meio da análise dos seus pareceres descritivos, esta criança não tem demonstrado avanços significativos na aprendizagem.

Conforme pontuado no referencial teórico e comprovado na investigação neste contexto pesquisado, a peça chave para o sucesso ou não da inclusão está no professor. Nesta perspectiva se dá a ênfase na prática reflexiva do professor, baseado nos estudos de Schön (2000) explicitando a importância da dialética entre teoria e prática, tão necessária diante dos imprevistos apresentados no cotidiano de uma sala de aula inclusiva.

Confrontando todas as evidências com a teoria foi possível responder os objetivos propostos no início da pesquisa, permitindo a compreensão de que, num contexto maior, o processo de inclusão tenta acompanhar as posturas internacionais por meio de leis que postulam determinadas ações, mas cuja implementação é complexa e requer planejamento e

avaliação contínua, assim como profissionais que acreditem numa educação de qualidade para todos.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli E. D. A; LÜDKE, Menga. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 23 maio 2008.

BRASIL. **Declaração de Salamanca**. Brasília: Corde, 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2008.

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. **Evolução da Educação Especial no Brasil**. Dados do Censo Escolar 2006 (MEC/INEP). Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dadosed.pdf>>. Acesso em: 23 maio 2008.

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. **Legislação Específica / Documentos Internacionais**. 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/index.php?option=content&task=view&id=159&Itemid=311>>. Acesso em: 12 jul. 2008

CARVALHO, R.E. **Removendo barreiras para a aprendizagem**. Educação inclusiva. 3 ed. Porto Alegre: Mediação, 2003.

CORREIA, Luís de Miranda. **Alunos com necessidades educativas especiais nas classes regulares**. Porto Codex, Portugal: Porto Editora, 1999. (Coleção Educação Especial, 1).

FACION, J. R. **Inclusão Escolar e as suas Implicações**. Curitiba: IBPEX, 2005.

GUEBERT, Mirian C. C. **Inclusão: uma realidade em discussão**. 2 ed. Curitiba: IBPEX, 2007.

MANTOAN, M. T. E. Contribuições da pesquisa e desenvolvimento de aplicações para o ensino inclusivo de deficientes mentais. In: ID. (org.). **A integração de pessoas com deficiência**. São Paulo: Memnon, 1997.

MARTINS, Lúcia A. R. **Inclusão**: compartilhando saberes. Petrópolis: Vozes, 2006.

SCHÖN, Donald A. **Educando o profissional reflexivo**: um novo design para o ensino e a aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SCHWARTZMAN, J.S. **Síndrome de Down**. 2. ed. São Paulo: Memnon, 2003.

VOIVODIC, Maria Antonieta. **Inclusão Escolar de Crianças com Síndrome de Down**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.